

DOSSIÊ

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE INCERTEZAS

Proponentes

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva

Prof. Dr. André Luiz Ferreira De Oliveira

Este dossiê é formado por oito artigos submetidos para apresentação na III Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação (III Jorneduc), realizada entre 04 e 06 de setembro de 2018, em Brasília-DF, cujo lema era “Educação em tempos de incertezas”. Os trabalhos que compõem este dossiê foram selecionados entre os aprovados para publicação nos anais do evento. Os dois melhores trabalhos, segundo avaliação dos coordenadores dos quatro eixos temáticos (Políticas públicas educacionais; Educação e trabalho; Educação, uso das tecnologias e sociedade do conhecimento; e, Educação e diversidade), compõem esta coletânea. Com isso, apresentamos um recorte da Jornada de modo a contemplar a diversidade de temas e a qualidade das reflexões e dos diálogos realizados sobre inclusão, sobre evasão, sobre os desafios da escola e do docente, bem como sobre o papel de cada um deles para a melhoria da educação brasileira, num contexto social, político e econômico de profundas incertezas.

- **IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): INCLUSÃO EXCLUDENTE**
Italan Carneiro
- **ESTUDO DAS RAZÕES DA PERSISTÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CAMPUS SÃO SEBASTIÃO**
Ana Luisa Knop Henriques Modesto, Claudio Nei Nascimento da Silva
- **INTEGRAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: NOVOS DESAFIOS PARA O DISTRITO FEDERAL**
Cláudio Hiroshi Nakata
- **IDENTIDADE DOCENTE DOS PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB**
Eder Alonso Castro, Walter Guarnier Lima Júnior
- **O ALUNO E O PAPEL DO PROFESSOR NO CONTEXTO TECNOLÓGICO CONTEMPORÂNEO**
Luiz Henrique Rezende Lourenço, Gabriela Maciel Carneiro
- **TRANSVALORAÇÃO DO CORPO DOCENTE – URGÊNCIAS EM TEMPOS DE IMERSÃO TECNOLÓGICA**
Diogo Canhadas
- **A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR NO FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES ÉTNICAS**
Elaine Caldeira, George Lauro Ribeiro de Brito
- **ACESSIBILIDADE, COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO: APRENDIZAGEM DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA PELOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS TAGUATINGA – IFB**
Girlane Maria Ferreira Florindo, Suellen Neto Pires Maciel

Autor | Author**DIOGO CANHADAS***

dcanhadas@hotmail.com

TRANSVALORAÇÃO DO CORPO DOCENTE: NOVAS ABERTURAS EM TEMPOS DE IMERSÃO TECNOLÓGICA**OVERVALUATION OF THE FACULTY: URGENCIES IN TIMES OF TECHNOLOGICAL IMMERSION**

Resumo: Este artigo visa contribuir com a discussão acerca da inclusão digital na educação demonstrando que esta pode produzir uma educação libertária e superar discussões de senso comum que incorporam a tecnologia como um mal em si ou um bem em si. Dirigimos nossa atenção para a tecnologia como ferramenta ou ponto de partida para a emancipação de estudantes por meio da educação.

Palavras-chave: educação; tecnologia; emancipação; estudantes.

Abstract: *This article aims to contribute to the discussion on digital inclusion in education, demonstrating that it can produce a libertarian education and overcome common-sense discussions that incorporate technology as an evil in itself or a good in itself. We turn our attention to technology as a tool or starting point for the emancipation of students through education.*

Keywords: *education; technology; emancipation; students.*

INTRODUÇÃO – A CONTROVÉRSIA DA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os discursos sobre a situação escolar do Brasil nos debates eleitorais de dois em dois anos (nas eleições regionais e no pleito nacional), e nos meios de comunicação em massa, frequentemente se detêm na fala de que precisamos “modernizar/atualizar” as salas de aula ou os métodos docentes. A aparência antiquada das estruturas de que dispomos para lecionar na maioria das escolas é a evidência final da qual colonistas e personagens políticas Brasil afora lançam mão para denunciar o atraso da instituição escolar – a imagem de uma sala de aula “comum” facilmente concretiza qualquer conclusão que fosse pensada a partir do baixo desempenho acadêmico que obtemos nos *rankings* internacionais, como o PISA (*Programme for International Student Assessment* ou o Programa para Avaliação Internacional de Estudantes, em tradução livre).

A inclusão digital vira, portanto, pivô dessa discussão sobre a demanda por uma educação de qualidade. Não há, é claro, ninguém a negar que é necessário mudar diversas práticas e readaptar o espaço escolar às competências que ora se exigem ou que são demonstradas da parte dos estudantes; entretanto, deixarmos esse debate da questão escolar restrito à análise dos índices ou das estruturas faz com que tenhamos falsas impressões sobre soluções possíveis para os diagnósticos tomados a partir desses itens. Uma falsa impressão é a de que “modernizar” significa instalar equipamentos tecnológicos tidos como sofisticados para inserir tanto estudantes quanto docentes “no século XXI” e equiparar, com isso, nossas chances de competir

DOSSIÊ**Educação em tempos de incertezas****Proponentes**

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva

Prof. Dr. André Luiz Ferreira De Oliveira

Aceito em: 5/10/2018

Recebido em: 10/08/2018

nos *rankings* internacionais. Uma outra falsa impressão é a de que nosso problema não é a estrutura das escolas, mas o desempenho dos estudantes. Nesse último caso, inevitavelmente recaímos sobre a ideia de tecnologia como mecanismo de dispersão da atenção do corpo discente.

São muitos os perigos dessa falsa dicotomia que nos leva à impressão de que há somente dois pontos fundamentais a partir dos quais pensar, pois enquanto debatemos inutilmente se investimos na tecnologia ou se a perseguimos/desprezamos, há vidas em desenvolvimento que sequer são convidadas a opinar e são, sem dúvida, as mais prejudicadas. Assim, a questão da Inclusão digital seria muito melhor aproveitada como ponto de partida para debates e projetos se nos detivéssemos numa posição de evitar o desperdício de instalar equipamentos que acabam subutilizados pelos docentes ou, quem sabe, não repetir o que ocorreu recentemente, uma inaptidão total ao tratar desse tema – quando foi proibido o uso de celulares em sala de aula, como foi feito em São Paulo por meio da Lei Estadual nº 12.730/07.

Este artigo não resolve, é claro, a complexa situação que se apresenta, mas pretende criar alguma reflexão realista e construtiva a partir de artigos e pesquisas recentes sobre a Inclusão Digital e, quem sabe, contribuir para que esse debate saia do senso comum e resulte em práticas que efetivamente tragam melhorias ao sistema público de educação.

NOVAS SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS ANTIGOS

Imaginemos que, ao adquirir seu primeiro mimeógrafo, certa escola pública brasileira do século XX tenha celebrado a aquisição do equipamento “moderno” que facilitava a multiplicação de cópias e auxiliava o trabalho dos professores ao permitir que diversos estudantes tivessem acesso ao mesmo texto ou prova editados *in loco*. Sem dúvida, é um equipamento que poupou trabalho e tempo, o que sempre nos leva à impressão de estarmos progredindo ou nos modernizando (no sentido mais industrial do termo). Por mais anacrônico que pareça o exemplo, atualmente ainda há a tendência – frequentemente eleitoreira – de usar as novidades tecnológicas simplesmente para repetir práticas antigas. Assim como o mimeógrafo foi absorvido pelo modelo pedagógico tradicional e conservador em que foi introduzido, o retroprojetor, os projetores acoplados, os computadores e a lousa digital também sofrem um uso que se mantém dentro da lógica da disciplina instrucional e da forma predominantemente autoritária de aula – caberia aqui falar da avalia-

ção e do acompanhamento do corpo discente, que se vê jogado à obrigatoriedade de acompanhar monólogos e reproduzir nas respostas e nas próprias anotações de seu caderno pessoal a concepção do docente-disciplinador do que é conhecimento. O uso da tecnologia na educação deve ser uma porta para a inovação e não uma barreira tradicional à aprendizagem:

A razão de ser das novas tecnologias é representarem oportunidades renovadas de aprender bem, não só indo além do tradicional, mas principalmente propondo horizontes inovadores mais aptos a dar conta dos novos desafios do século XXI. O desafio pedagógico é o que há de mais importante nas novas tecnologias, sem daí seguir o que são “apenas meio”. Dito de outro modo, se não ocorrer aprendizagem de qualidade, nada se inovou ou acrescentou. (DEMO, 2009, p. 6).

Assim, a cada avanço tecnológico, se nós ficarmos presos aos mesmos planos de aula de antes, até as lousas digitais podem ficar limitadas a ser um mero adorno na sala de aula, dando aparência de progresso às mesmas aulas antiquadas.

A abordagem que estamos propondo é norteadada, entre outras fontes, pelo artigo de Pedro Demo, publicado em 2009 e intitulado “ ‘Tecnofilia’ & ‘Tecnofobia’ ”, em que o autor usa esses dois neologismos em busca de um meio-termo entre os dois extremos. Entre as constatações que o referido professor faz, está a de que a “aprendizagem virtual” se tornou desgastada e foi difamada pelos “abusos mercantilistas e instrucionistas” (DEMO, 2009, p. 5), mas que se apresenta como uma alternativa interessante às tradições para um público que cada vez mais não difere, como as gerações anteriores o fazem, o mundo físico do mundo virtual. A motivação por aprender e as teorias de aprendizagem devem prevalecer quando estamos lidando com a pauta “tecnologia e educação”. Como bem coloca o autor, “[...] as novas tecnologias não aposentaram as teorias vigentes de aprendizagem. Antes, as reconstróem, como é sempre o caso: teorias não se adotam, se usam, desconstruindo e reconstruindo (DEMO, 2009, p. 6)”.

O problema que se coloca, desse modo, é: como podemos tornar o aprendizado do público que frequenta as escolas mais significativo e, acima de tudo, como este aprendizado pode conduzir os que estão submetidos a ele à emancipação e ao raciocínio crítico (com o perdão da redundância do termo)? Não se trata de deter a discussão no procedimento, nem na ferramenta usada, por exemplo, para escrever. Ora, se fosse comprovadamente mais eficaz para a aprendizagem que a escrita à caneta, certamente voltaríamos à pena e ao nanquim. O desafio é manter o ser humano estimulado

a absorver os conteúdos que precisará articular para ser capaz de lidar com o mundo em suas variadas esferas e experiências. O primeiro passo talvez seja fazer com que docentes entendam que tipo de estudante está sentado à sua frente e o que pode provocar o interesse desse estudante.

NOVO MODO DE ESTUDAR OU DE SER ESTUDANTE

O estudante que chega à escola das regiões centrais e, principalmente das áreas metropolitanas do Brasil, não segue os perfis designados pelos cursos de formação de professores. Os próprios professores dessas regiões não atendem ao que é designado por tais cursos como estudante. Noutras palavras, a formação não adere à realidade. Para estabelecermos a experiência do estudante na educação que estamos a oferecer, é útil consultar Lucia Santaella (2014), no artigo intitulado “Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia”, no qual descreve, entre outros termos, como é o perfil do leitor do mundo digital.

A autora classifica o leitor atual como *imersivo* (SANTAELLA, 2004; 2014), a partir de como explora e frequenta o contexto a que está submetido. Tenhamos em mente que já não se trata de um leitor no sentido clássico, mas de alguém que vivencia uma experiência que foge ao que entendíamos por “leitura”. A interação desse leitor imersivo se dá com o que a autora denomina *Hipermídia*:

[...] a hipermídia é composta por conglomerados de informação multimídia (verbo, som e imagem) de acesso não sequencial, navegáveis através de palavras-chave semialeatórias. Assim, os ingredientes da hipermídia são imagens, sons, textos, animações e vídeos que podem ser conectados em combinações diversas, rompendo com a ideia linear de um texto com começo, meio e fim pré-determinados e fixos. (SANTAELLA, 2014, p. 214).

Assim, o chamado leitor imersivo tem um perfil cognitivo novo, pois articula de novas maneiras toda a realidade simbólica que o cerca:

É imersivo porque, no espaço informacional, perambula e se detém em telas e programas de leituras, num universo de signos evanescentes e continuamente disponíveis. Cognitivamente em estado de prontidão, esse leitor conecta-se entre nós e nexos, seguindo roteiros multilineares, multissequenciais e labirínticos que ele próprio ajuda a construir ao interagir com os nós que transitam entre textos, imagens, documentação,

músicas, vídeo etc. Através de saltos que vão de um fragmento a outro, esse leitor é livre para estabelecer sozinho a ordem informacional que lhe apetece. (SANTAELLA, 2014, p. 214-215).

Se analisarmos o contexto do estudante atual, conforme Santaella propõe, temos um leitor imersivo cujo *habitat* mais adequado é a *hipermídia*. É claro que o leitor em questão precisou ser alfabetizado, dominou os códigos da linguagem escrita para poder navegar entre textos e outras formas de significação. Entretanto, é preciso ter em mente que boa parte dessa aprendizagem já se dá de maneira informal (por exemplo, uma criança tida como analfabeta em idade pré-escolar atualmente consegue saber que, clicando na palavra “play” na tela do *tablet* ou do celular, ela obterá como reação do aparelho a abertura do jogo que lhe interessa ou do vídeo que deseja assistir – que é ainda mais amigável a essa interação quando utiliza um ícone para essa mesma ação: ►).

O que escapa, talvez, aos profissionais da educação básica é a constatação, tanto de Santaella quanto de Demo, sobre educar ou alfabetizar: já não é o mesmo processo de antes, tanto que já se fala não em alfabetização, mas em “alfabetizações”, “multialfabetizações”, “letramentos”, tudo no plural. Como propõe Santaella, em seu artigo (2014, p. 210) *Hipermídia*, parece ser um termo mais adequado que “letramento digital” porque não denota o sentido textual clássico. É bem possível que o que estejamos fazendo com os estudantes seja equivalente a sufocar sua curiosidade e sua vontade de lidar com o conhecimento. Qualquer resposta rápida dada por um *site* de buscas parecerá mais assertiva ou menos cansativa que as apresentadas por professores ou tutores. Do mesmo modo que o estudante cobra o professor por uma resposta defasagem em relação àquilo que espera de uma fonte de conhecimento, o mercado de trabalho inevitavelmente cobrará os graduados por suas defasagens; os mais empregáveis devem ter plena capacidade de uso e interação com as tecnologias:

Dessa ótica, a escola prepara as crianças para uma vida que já passou. Não decorre daí engolir que a vida se determina pelas novas tecnologias, porque todo determinismo é cego [...], mas perceber que não há maneira sensata de organizar a vida sem referência às novas tecnologias. Estas se infiltram em como organizamos nossas vidas muito mais do que imaginamos ou nos damos conta, também porque estão presentes em toda forma de aprendizagem informal. Não aprendemos apenas na escola, em hora marcada ou na idade prevista, mas a vida toda, sendo esta marca um

traço fundamental das novas tecnologias. Não é necessário interpor concorrência entre aprendizagem formal e informal porque, na prática, se complementam. No entanto, as oportunidades informais podem facilmente ser mais decisivas do que as formais [...]. (DEMO, 2009, p. 7 – grifo do autor).

BREVES CONCLUSÕES

A responsabilidade pela educação sempre recai sobre os ombros dos que enfrentam diretamente o desafio diário. Cobrar ou culpar professores pelo resultado da educação é como cobrar Sísifo pelo tamanho da pedra que é obrigado a empurrar. A despeito da árdua realidade com que se deparam os profissionais da educação, devemos insistir na busca pela qualidade de ensino naquilo que é possível. Ainda que seja lugar-comum dizer que é preciso investir na formação de professores para os usos das tecnologias, é inescapável abranger essa ideia até que as políticas públicas fomentem algo nesse sentido. Portanto, esta primeira proposta não é a de cobrar das pessoas que se atualizem ou que se empenhem em acompanhar as mudanças tecnológicas, mas que lhes sejam dadas condições sociais e materiais para que isso não seja um fardo.

A integração da educação formal com as tecnologias e suas linguagens é urgente porque o contrário disso significa subtrair dos estudantes a possibilidade de se tornarem cidadãos autônomos nesse novo mundo que se apresenta a eles também como digital. No complexo educação-tecnologia e em seus discursos, alguns avanços importantes estão se dando sem controle, mas muito positivamente: docentes serão definidos pela aprendizagem; sua autoridade é a do argumento e não a disciplinar, instrucionista e autoritária (DEMO, 2009, p. 8). Dessa maneira, mais que antes, com a maior parte do mundo aderindo a sistemas de governo democráticos e a *hipermídia* se fazendo onipresente, é essencial que o professor ocupe o espaço que lhe cabe como mediador da relação do aluno com o conhecimento e, consequentemente, mediador da capacidade de articular o conhecimento e o mundo que o estudante terá.

A inclusão digital é inevitável, porque se não vier pelas mãos dos gestores do sistema de educação, virá nas palmas das mãos dos estudantes e deve, pelas mãos oficiais, ser viabilizada já nos primeiros anos escolares (DEMO, 2009) a fim de ambientar e dirigir as primeiras experiências do ser humano com o mundo digital e educá-lo para um uso ético das ferramentas que dão acesso a esse mundo, em concomitância com a cautela necessária para não se expor aos riscos reais desse mundo virtual.

Emancipar o estudante, lembremos, não é disci-

plinar sua conduta, mas conscientizá-lo sobre as potencialidades e riscos (não só na área da tecnologia). São novos desdobramentos dos riscos e perigos que já rondavam um estudante que saísse do sistema escolar “ingênuo” ou sem senso crítico.

Para escapar da dicotomia que constatamos no início, também cabe consultar o estudo sobre o uso de tecnologias digitais em sala de aula feito por José Armando Valente (2012, p. 35), cuja conclusão é a seguinte:

A análise dos diferentes usos da Internet e do computador na educação, permite-nos concluir dois resultados importantes. Primeiro, que a Internet pode tanto servir para passar informação ao aprendiz, quanto auxiliar o processo de construção do conhecimento e de compreensão do que fazemos. Segundo, que a maneira mais adequada de uso de Internet ainda depende da intenção pedagógica do professor. O uso da Internet para auxiliar o aprendiz a obter informação, sem compreender o que está fazendo, é uma mera informatização do atual processo pedagógico. Já a possibilidade que a Internet oferece como ferramenta, para ajudar o aprendiz a construir conhecimento e a compreender o que faz, constitui uma verdadeira revolução do processo de aprendizagem e uma chance para transformar a escola. A análise feita mostrou também que o professor tem um papel fundamental no processo de aprendizagem. Sem o professor preparado para desafiar, desequilibrar o aprendiz, é muito difícil esperar que a Internet *per se* crie as situações para ele aprender. A preparação desse professor é fundamental para que a educação dê o salto de qualidade e deixe de ser baseada na transmissão da informação e na realização de atividades, para ser baseada na construção do conhecimento pelo aluno.

Como verificamos no final do trecho destacado, a qualidade da educação não está na transmissão de informação, mas na autonomia do aluno de construir o conhecimento. Disso se segue que o debate dos que arbitram contra ou a favor da tecnologia ser imposta na educação surgiu de um ruído que é antigo, pois a educação tradicional é instrucionista e produz, finalizado o processo, um resultado tão-somente disciplinar, no qual os indivíduos que se formavam com alguma autonomia talvez o fizessem graças às vias informais de instrução de suas épocas (e aqui podemos até retomar o exemplo do mimeógrafo, instrumento inesperadamente utilizado no início da contracultura estadunidense da década de 1950 e da brasileira, na década de 1970).

Sem a mediação crítica que só a educação esclarecida é capaz de engendrar, nós não passamos de usuários ou consumidores das diversas esferas do mundo.

O campo de atuação docente continuará sendo a sala de aula, seja ela física ou virtual, e este campo só existe se os atores que o ocupam estiverem em sincronia e dialogando por meio de entendimento mútuo. Daí porque não adianta defender a mera sobrevivência da escola como instituição se não estivermos dispostos a torná-la relevante para seus protagonistas.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. "Tecnofilia" & "Tecnofobia". **Boletim Técnico do Senac**: a Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/251>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 12.430/07, dispõe sobre uso de celulares em sala de aula. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12730-11.10.2007.html>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SANTAELLA, Lucia. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia, **Bakhtiniana**, São Paulo, 9 (2): 206-216, ago./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v9n2/a13v9n2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

VALENTE, José Armando. Uso da *Internet* em sala de aula. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 19, p. 131-146, 2002. Ed. UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/2086>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CURRÍCULO

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação da UNIFESP, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Revah. Professor de Filosofia da Rede Pública Estadual de São Paulo.